

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.207 - SP (2019/0041778-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **A P S B**  
**ADVOGADOS** : **PRISCILA MARIA PEREIRA CORREA DA FONSECA E OUTRO(S) -**  
SP032440  
**MATEUS DE OLIVEIRA ROSSETTI - SP272340**  
**GIOVANNA CAMPANELLA ZAMPIERI - SP346171**  
**AGRAVADO** : **C E A**  
**ADVOGADOS** : **REGINA BEATRIZ TAVARES DA SILVA E OUTRO(S) - SP060415**  
**ANA GABRIELA LOPEZ TAVARES DA SILVA - SP234931**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por A. P. S. B. contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"Agravo de instrumento - Divórcio - Reconvenção - Fixação de ponto controvertido (violação ao dever de fidelidade) e imposição de multa ao réu (agravante) pelo não comparecimento à audiência de tentativa de conciliação - O pedido de indenização está fundamentado também na violação dos deveres de mútua assistência; respeito e consideração mútuos; sustento, guarda e educação dos filhos (incisos I, III, IV e V do art. 1566 do CC) - Em relação a eles, o pedido foi julgado improcedente - Sem a devida instrução probatória, prematuro o julgamento de mérito dessas questões - O não comparecimento do réu à audiência de conciliação é justificada - Afastamento da multa - Dá-se provimento ao recurso" (fl. 247 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 279/281 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 257/267 e-STJ), a recorrente alega violação dos arts. 334, § 8º, 357, 1.009, § 1º, 1.015 e 1.046 do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese, que,

*"(...) as matérias tratadas no aludido reclamo não podem ser combatidas por meio da interposição de Agravo de Instrumento, já que não estão elencadas no rol taxativo do artigo 1.015 do Código de Processo Civil.*

*(...)*

*(...) resta latente que, ao conhecer do recurso apresentado pelo Sr. C., o E. Tribunal de Justiça de São Paulo violou frontalmente o referido dispositivo, bem como o artigo 1.009, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil" (fls. 260/261 e-STJ).*

*"(...)*

*22. Ao fixar os pontos controvertidos sobre os quais deverá recair a atividade probatória, o R. Juízo a quo nada mais fez do que, de modo*

*eskorreito, sanear e organizar o feito (cf. art. 357 CPC), tal como lhe incumbia (...)" (fl. 262 e-STJ).*

"(...)

43. A r. decisão agravada, portanto, estava amparada na lei, tanto quando penaliza o Sr. C. em razão do seu não comparecimento em audiência, quando a ele penaliza em razão da prática de ato atentatório à dignidade da Justiça, razão pela qual jamais poderia ter sido reformada em segunda instância.

44. Não há que se negar, portanto, que o v. acórdão recorrido também infringiu os termos dos artigos 1.046 e 334, parágrafo oitavo, do Código de Processo Civil" (fl. 266 e-STJ).

Contrarrazões (fl. 288/303 e-STJ).

O recurso foi inadmitido na origem (fls. 307/308 e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

De início, no tocante à tese em torno dos arts. 1.009, § 1º, 1.015 e 1.046 do CPC/2015, verifica-se que não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e embora opostos embargos de declaração com a finalidade de sanar omissão porventura existente, não indicou a parte recorrente a contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nessa circunstância, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*.

Nesse sentido:

**"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. ART. 397 DO CÓDIGO CIVIL. SÚMULA 211 DO STJ.**

1. A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 211 do STJ.

2. Persistindo a omissão no julgado, cabe ao recorrente alegar, nas razões do recurso especial, violação ao art. 535 do CPC/1973 (art. 1.022 do CPC/2015), a fim de que não haja supressão de instância.

3. *Agravo interno a que se nega provimento*" (AgInt no AREsp 875.774/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 4/10/2016, DJe 7/10/2016).

Ademais, a deficiência na fundamentação recursal restou evidenciada, na medida em que a recorrente, apesar de indicar o art. 357 do CPC/2015 como malferido, não especifica de que forma ele teria sido contrariado pelo acórdão recorrido, inviabilizando a compreensão da controvérsia posta nos autos. Incide, pois, a Súmula nº 284/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

A propósito:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. COMPANHIA TELEFÔNICA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. DOBRA ACIONÁRIA. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. OFENSA À COISA JULGADA. DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. (...)*

*(...)*

*2. A mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, de modo que deve a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. A deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial e atrai a incidência, por analogia, do disposto no verbete sumular n. 284 do STF. Precedentes.*

*(...)*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento*" (AgRg no AREsp 708.667/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 22/6/2016).

Com relação à multa aplicada por ato atentatório à justiça, as conclusões da corte *a quo* decorreram inquestionavelmente da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o que se pode facilmente aferir a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

*"(...) não há dúvida de que o réu foi intimado a comparecer à audiência de conciliação sob a vigência do CPC/1973.*

*A r. decisão de fls. 217 está assim redigida: 'com fundamento no artigo 331, do Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 12/04/2016, às 14h30'.*

*O art. 331 do CPC/1973 não estabelecia multa pelo não comparecimento injustificado à audiência e autorizava as partes a 'fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir'.*

*A advogada do réu compareceu à audiência realizada em 12/04/2016.*

*A procuração outorgada pelo agravante dá a essa advogada poderes especiais para firmar compromissos ou acordo (fls. 20 e 22).*

*Nesse contexto, a ausência do réu nessa audiência de conciliação está justificada.*

*Consequentemente, não houve prática de ato atentatório à dignidade de justiça" (fls. 250/251 e-STJ).*

Ao contrário do ora sustentado, o acolhimento da pretensão recursal, nos termos em que posta, demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Em igual sentido:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONFISSÃO DE DÍVIDA. ALEGADA INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO STF. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*(...)*

*2. A adoção de entendimento diverso por esta Corte quanto à caracterização do ato atentatório à dignidade da justiça demandaria reexame de provas, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.185.897/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 22/3/2018, DJe 3/4/2018).*

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de fixar os honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que o recurso especial ao qual se negou provimento é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 26 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator